

Plano de Trabalhos Arqueológicos

**Trabalhos arqueológicos na Unidade de Execução da Quinta das
Damas**

Ajuda - Lisboa

2022





Requerentes

- Nuno Miguel Gonçalves Neto, Licenciatura em História variante Arqueologia, Rua do Rio, Quinta do Rebelo, Pavilhão I, Sacotes – Algueirão, 2725-524 Mem-Martins.

- Catarina Maggiolly Santos Bolila, Licenciatura em Arqueologia, Mestre em Arqueologia, Rua do Rio, Quinta do Rebelo, Pavilhão I, Sacotes – Algueirão, 2725-524 Mem-Martins.

Introdução

O presente documento constitui a proposta técnica para a realização de trabalhos de prospecção arqueológica a efectuar na designada Unidade de Execução da Quinta das Damas, na Ajuda – Lisboa.

Na sequência de um projecto de urbanização da área, localizada imediatamente a Sul do Palácio Nacional da Ajuda, foi solicitada à Neoépica, Lda. a realização da componente patrimonial do Estudo de Impacto Ambiental a apresentar para o local.

Assim, pretende-se efectuar para além dos trabalhos de diagnóstico arqueológico em curso pela mesma equipa, trabalhos de prospecção arqueológica em toda a área de incidência do projecto.

Note-se que o local em causa se encontra numa área de nível arqueológico III, segundo o PDM de Lisboa em vigor, encontrando-se na Zona Especial de Protecção: Palácio Nacional da Ajuda / Zona circundante do Palácio Nacional da Ajuda (Jardim das Damas, Salão de Física, Torre Sineira, Paço Velho e Jardim Botânico) - Portaria de 20-10-1959, publicada no DG, II Série, n.º 253, de 29-10-1959.

Trabalhos arqueológicos

Trabalhos prévios

- Será realizada uma pesquisa bibliográfica prévia de forma a recolher o maior número de elementos sobre a área em estudo. Assim, a pesquisa bibliográfica incluirá a consulta às bases de dados da DGPC, com a leitura dos respectivos relatórios arqueológicos produzidos na sequência de anteriores intervenções arqueológicas; das

monografias e publicações da especialidade sobre a região, documentação existente no arquivo distrital e municipal.

- A pesquisa bibliográfica será ainda complementada por contactos com diversas entidades locais de forma a recolher informações indispensáveis à boa realização do trabalho, bem como o contacto com outros investigadores que tenham realizado trabalhos no local ou na sua proximidade.

Prospecção arqueológica

- Reconhecimento no terreno (relocalização), da informação previamente obtida na consulta das bases de dados e cuja localização coincida com a área do projecto em análise. Esta confirmação identifica os atributos referidos na bibliografia, no entanto, no caso da identificação de discrepâncias relativamente aos dados constantes da bibliografia são mencionadas de forma clara essas diferenças. De igual modo, são mencionadas as ocorrências patrimoniais que foram relocalizadas e aquelas que, apesar de referidas na bibliografia, não foi possível relocalizar no terreno;
- Relocalização dos locais já conhecidos, com trabalhos de prospecção em zonas restritas, numa malha fina de 5m (distância entre prospectores) (a aplicar ao património arqueológico conhecido, caso tal metodologia de prospeção se coadune com a natureza dos espaços a prospectar – espaços livres de construção);
- Os sítios identificados são localizados através do cálculo das coordenadas planimétricas (M, P) do ponto central das suas áreas. Utiliza-se como sistema de referência para as coordenadas planimétricas o Datum 73, em coincidência com o adoptado para séries cartográficas oficiais, do Instituto Português de Cartografia e Cadastro. Neste sistema de referência o elipsóide a utilizar será o de Hayford e a projecção de Gauss. O levantamento é apoiado na rede geodésica do País. A localização dos imóveis deve incluir igualmente a sua localização relativamente à distância a que se encontram do eixo do traçado das infra-estruturas a construir ou renovar;
- As ocorrências identificadas são assinaladas em cartografia à escala 1: 25 000 e à escala de projecto (1:5 000 e 1: 2 000);
- No que se refere ao património arquitectónico, religioso e etnográfico é realizada a relocalização dos locais já conhecidos, realizando-se o levantamento fotográfico desse

património, bem como o preenchimento de fichas específicas, localização exacta do local (coordenadas), entre outros elementos considerados necessários;

- Levantamento fotográfico digital da área prospectada e implantação de vistas em cartografia;
- Prospecção sistemática da área de projecto de forma a possibilitar a identificação de outros sítios desconhecidos;
- Levantamento das áreas de dispersão/implantação dos registos patrimoniais identificados (áreas de dispersão de materiais arqueológicos ou de implantação de estruturas). Na definição das áreas de dispersão de materiais são tidos em conta os fenómenos que podem ter influenciado, ao longo dos tempos, a sua actual configuração, como as práticas agrícolas e/ou fenómenos naturais. Deste modo, na descrição individualizada dos sítios e das suas áreas, é descrito, da forma mais detalhada possível, o local de implantação das ocorrências patrimoniais, de forma a ser perceptível o seu enquadramento espacial (ex.: topo de cabeça, margem de linha de água, entre outros);
- Os elementos patrimoniais/arqueológicos, nomeadamente as estruturas encontradas e o espólio recolhido, são descritos e inseridos no respectivo contexto, sendo mencionada a sua cronologia, estilo e funcionalidade, sempre que possível.
- As áreas de dispersão de materiais são englobadas de forma distinta, uma área de máxima dispersão de materiais e área(s) de maior concentração de materiais, com base nos seguintes critérios:
 - A área máxima de dispersão de materiais corresponde à mancha onde se reconhece a presença de materiais associados a uma ocorrência patrimonial;
 - As áreas de maior concentração de materiais correspondem às manchas ou núcleos localizados dentro da área máxima de dispersão de materiais que, pela densidade e representatividade de elementos presentes (cerâmica, líticos, elementos pétreos, etc.), se destaquem de forma clara, indiciando a presença de estruturas ou níveis arqueológicos potencialmente preservados;
- Descrição das áreas prospectadas e respectivas condições de visibilidade do solo, através de uma classificação simplificada que contemple as seguintes classes: nula, má, média e boa (esta descrição será realizada sempre que as condições do terreno o



permitam – zonas livres de construção). Os resultados da análise efectuada são materializados em cartografia adequada. Assim, de forma a clarificar estes critérios de visibilidade, apresentam-se as seguintes definições:

- Nula – Cor **vermelha**, zonas de mato muito denso/impenetrável, que não permitem a prospecção da superfície do solo não sendo possível identificar vestígios de interesse patrimonial;
 - Má/reduzida – Cor **laranja** – Quando o coberto vegetal não permite uma visibilidade suficiente da superfície do solo, sendo apenas possível proceder a uma identificação de artefactos pontuais e a uma demarcação aproximada da área de dispersão de materiais;
 - Média/razoável – Cor **verde** - Quando o coberto vegetal permite uma correcta observação da superfície do solo, sendo possível identificar artefactos e estruturas arqueológicas e proceder a uma avaliação da área de dispersão de materiais e da área ou áreas de maior concentração de materiais;
 - Boa – Cor **azul** - Quando os terrenos estão em pousio, ou se cultivados, as culturas agrícolas não constituem um obstáculo para uma total observação da superfície do solo, sendo possível proceder a uma identificação de artefactos e estruturas patrimoniais e à correcta avaliação da área de dispersão de materiais e da área ou áreas de maior concentração de materiais.
- Registo em ficheiro geral dos sítios ou estruturas de interesse arqueológico, arquitectónico e etnográfico, o qual constitui uma súmula da informação constante nas Fichas de Património Cultural, contendo, pelo menos, as seguintes informações: número de inventário, coordenadas, topónimo, correlação com o Código Nacional de Sítio (Base de dados Endovélico), tipo, cronologia, potencial científico, estado de conservação e interacção com o projecto (impacte);
 - Todos os sítios, tanto aqueles que podem ser relocizados como aqueles dos quais não se encontram vestígios, são descritos através de uma Ficha de Sítio, elaborada com vista a esclarecer todos os pontos relevantes acerca do historial e situação actual do sítio em questão. Para o primeiro caso, são executados croquis da área de dispersão dos vestígios identificados e anotadas as suas coordenadas. Para o segundo caso, é apenas mencionada a localização provável, com base nos dados da bibliografia;

- Os sítios identificados são descritos, sendo demarcada, na escala de projecto, a dispersão dos materiais arqueológicos e respectivas densidades, assim como a sua área de protecção ou influência. É igualmente referido o nome pelo qual o lugar/sítio é conhecido;
- Registo fotográfico digital em formato jpeg;
- Registo fotográfico de pormenores e planos gerais;
- Registo gráfico dos elementos que tal o justifiquem a efectuar à escala 1:20;
- Avaliação sumária das ocorrências patrimoniais identificadas e hierarquização da sua importância científica e patrimonial;
- Todos os dados recolhidos nas fases anteriores são compilados e organizados em fichas de sítio, uma para cada sítio referido na bibliografia ou identificado nas diferentes fases da prospecção;
- Elaboração de cartografia temática em formato DWG (Cartas de Visibilidades, Cartas de Dispersão de Materiais, entre outras);
- Execução de catálogo de sítios, que consiste na apresentação de uma ficha individual para cada um deles, composta de todos os campos essenciais para a sua compreensão: localização, enquadramento e descrição;
- Recolha, embalagem e etiquetagem da totalidade do espólio arqueológico recolhido, associado ao preenchimento de ficha/etiqueta com os seguintes descritores: Tipo material – cerâmica, vidro, metal, etc.; Tipo de objecto – moeda, taça, prego, etc.; Sítio Arqueológico; Unidade Estratigráfica; Ambiente ou Contexto; Data da Recolha; Responsável pela Recolha; Observações.

Registo Fotográfico

- Serão registados em fotografia digital a cores todos os aspectos da intervenção, bem como todos os contextos identificados. No caso de estruturas, será efectuado um levantamento fotográfico exaustivo;
- Registo fotográfico digital a preto e branco dos contextos que tal justifiquem;
- Serão executadas fotografias gerais e de pormenor de todos os contextos;
- Para além da fotografia técnica exigida pela intervenção, serão ainda realizadas fotografias que documentem os principais aspectos do trabalho e acção dos intervenientes, com vista a eventuais publicações ou outras iniciativas de divulgação.

- Em casos específicos, nomeadamente no caso de identificação de estruturas, poderão ser efectuados levantamentos ortofotográficos e/ou reproduções 3D.

Trabalhos de Topografia

- Integração topográfica das áreas intervencionadas em cartografia própria, com implantação das eventuais estruturas arqueológicas identificadas;
- Colocação de um ponto devidamente cotado com valores absolutos em todas as estações arqueológicas intervencionadas;
- A informação produzida será entregue com os seguintes parâmetros: sistema de projecção Hayford Gauss, Datum 73, origem do sistema de coordenadas no ponto fictício, a 200 000 m a Oeste e 300 000m a Sul do Sistema Geodésico Nacional.

Execução de Relatórios

Consoante as necessidades específicas e as circunstâncias da intervenção arqueológica e seus resultados, serão entregues em tempo útil todos os documentos solicitados pela DGPC e/ou Dono de Obra, nomeadamente Notas Técnicas e Relatório Preliminar, para além do Relatório Final da intervenção.

Nota Técnica

Descrição dos objectivos:

- Realização de Nota Técnica a entregar a todos os intervenientes no processo, de forma a permitir a evolução do processo junto das entidades competentes ou o desbloqueio de situações pontuais, tais como desmontes de estruturas ou alteração de metodologia com vista à prossecução dos trabalhos de escavação;
- Presença do arqueólogo responsável em todas as reuniões técnicas necessárias com o Dono de Obra e/ou DGPC e/ou outras entidades intervenientes no processo.

Metodologia a aplicar:

- Será executado uma Nota Técnica a entregar à DGPC, Dono de Obra e a todas as entidades competentes envolvidas no processo sempre que tal se verificar necessário.



Esta Nota Técnica incluirá os elementos necessários para atingir os seus objectivos, tais como:

- Breve descrição dos trabalhos efectuados;
- Identificação dos contextos e/ou circunstâncias que motivam a execução de Nota Técnica;
- Registo gráfico e/ou fotográfico que ilustre esses contextos ou circunstâncias;
- Proposta para prosseguimento dos trabalhos / medidas de minimização.

Relatório Preliminar

Descrição dos objectivos:

- Realização de Relatório Preliminar a entregar a todos os intervenientes no processo, de forma a permitir a evolução do processo junto das entidades competentes;
- Presença do arqueólogo responsável em todas as reuniões técnicas necessárias com o Dono de Obra e/ou DGPC e/ou outras entidades intervenientes no processo.

Metodologia a aplicar:

- Será executado um relatório técnico-científico preliminar a entregar à DGPC, Dono de Obra e a todas as entidades competentes envolvidas no processo. Este relatório inclui todos os itens exigidos no Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos (Decreto-Lei nº 164/2014 de 4 de Novembro), dos quais destacamos:
 - Georreferenciação do sítio com implantação sobre Carta Militar na escala 1:25000 e em imagem de satélite;
 - Planta com indicação das áreas intervencionadas e contextos relevante identificados;
 - Datas e duração dos trabalhos;
 - Descrição sumária dos trabalhos realizados e interpretação preliminar da estratigrafia identificada;
 - Documentação gráfica relevante (original);
 - Documentação fotográfica relevante;
 - Conclusões preliminares;
 - Medidas de minimização a adoptar em fase subsequente.



Relatório Final

Descrição dos objectivos:

- Realização de Relatório Final a entregar a todos os intervenientes no processo;
- Presença do arqueólogo responsável em todas as reuniões técnicas necessárias com o Dono de Obra e/ou DGPC e/ou outras entidades intervenientes no processo.

Metodologia a aplicar:

Relatório Final

- Será executado um relatório técnico-científico final a entregar à DGPC, Dono de Obra e a todas as entidades competentes envolvidas no processo. Este relatório inclui todos os itens exigidos no Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos (Decreto-Lei nº 164/2014 de 4 de Novembro), dos quais destacamos:
 - Georreferenciação do sítio com implantação sobre Carta Militar na escala 1:25000 e em imagem de satélite;
 - Caracterização do âmbito em que decorre o trabalho, e relação dos participantes e meios utilizados;
 - Datas e duração dos trabalhos;
 - Enquadramento histórico-arqueológico;
 - Descrição dos objectivos e metodologia de escavação e registo arqueológico;
 - Descrição dos trabalhos realizados;
 - Descrição e interpretação detalhada da natureza, cronologia e tipologia dos contextos identificados;
 - Inventário, descrição e estudo preliminar dos bens móveis recolhidos;
 - Documentação gráfica, incluindo: planta geral do local com indicação das áreas intervencionadas e contextos identificados; plantas, planos, perfis, secções e alçados dos contextos e estruturas identificados; fotografias impressas e em formato digital, gerais e de pormenor, dos vestígios identificados e dos trabalhos realizados; registo gráfico e fotográfico do espólio mais significativo;
 - Ficha de sítio / Trabalho Arqueológico;



- Indicação da forma prevista e calendarização da publicação científica dos resultados obtidos.
- Para além dos itens exigidos no Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos, o Relatório Final, quando aplicável, inclui ainda:
 - Enquadramento legal e institucional do projecto;
 - Antecedentes;
 - Definição de medidas complementares de minimização: procedimentos a efectuar e seus impactes positivos e negativos, reversibilidade e áreas de influência face ao projecto em causa;
 - Pareceres técnicos de outros elementos da equipa no âmbito da intervenção;
 - Bibliografia;
 - Conclusões gerais.

Tratamento do Espólio arqueológico eventualmente recolhido

- Lavagem do material cerâmico, osteológico, pétreo, vítreo e faunístico;
- Limpeza mecânica e consolidação preventiva do espólio metálico nos casos em que tal se justifique;
- Marcação, triagem, inventariação (descrição sumária do espólio), embalagem e acondicionamento de material arqueológico que venha a surgir no decorrer dos trabalhos de escavação;
- A inventariação será feita por tipo de espólio (cerâmico, pétreo, metálico, etc.) e no caso do espólio cerâmico deverá ter em consideração as diferentes colecções em presença, atribuindo-se uma numeração sequencial na marcação associada ao respectivo acrónimo;
- Registo gráfico e/ou fotográfico do espólio mais significativo;
- O inventário será executado em suporte digital, formato Excel e terá os seguintes descritores:
 - **Número de inventário;**
 - **Data** [de recolha];
 - **Proveniência** [dentro do espaço da intervenção];
 - **Designação;**



- **Estado** [de conservação e porção do fragmento];
 - **Tipo** [de material];
 - **Decoração**;
 - **Fotografia** [número];
 - **Cronologia**;
 - **Observações**;
 - **Localização** [depois do acondicionamento].
- Individualização em sacos plásticos transparentes, por matéria (cerâmica, vítrea, metálica, orgânica, pétrea, etc.), contexto arqueológico (unidade estratigráfica) e área de escavação;
 - No caso do espólio cerâmico, a individualização deverá ainda levar em consideração a colecção (comum, de construção, porcelana, faiança, vidrada, etc.);
 - O espólio com especiais necessidades de conservação e restauro, ou com excepcional interesse museográfico, deverá ser devidamente assinalado.

Datas previstas

- Data prevista para o início dos trabalhos: Início de Janeiro de 2023.
- Duração prevista dos trabalhos: 1 dia.

Plano de Financiamento

- Todos os custos dos trabalhos serão assegurados pelo dono de obra.

Constituição da equipa permanente

Coordenação:

- Nuno Miguel Gonçalves Neto (Arqueólogo da Neoépica, Lda. – Co-responsável);

Equipa de campo:

- Catarina Bolila (Arqueóloga da Neoépica, Lda. – Co-responsável);



Em caso de substituição de qualquer membro da equipa técnico-científica, esta será comunicada às diversas entidades envolvidas, sendo substituído por elementos de competências equivalentes.

Plano de divulgação pública

No final dos trabalhos e dependendo da natureza dos vestígios arqueológicos que possam vir a ser identificados, está prevista a sua divulgação em congressos e encontros de foro científico, bem com utilização da página de internet e da página de Facebook da Neoépica Lda. como plataforma de difusão, entre outras acções de divulgação generalista.

Caracterização sumária do património histórico-arqueológico

A área em estudo localiza-se a Sul do Palácio Nacional da Ajuda e a Este da Calçada da Ajuda, Freguesia da Ajuda, encontrando-se na Zona Especial de Protecção do Palácio Nacional da Ajuda, classificado como Monumento Nacional pelo Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910.

Antes do século XVIII a freguesia da Ajuda apresentava-se como uma freguesia desprovida de população, muito embora com uma dimensão espacial bastante apreciável, estendendo-se da praia de Belém à Serra de Monsanto.

Segundo a lenda da freguesia, um pastor que passava pelo local observou a imagem da Virgem numa fenda de uma rocha. Tendo-se propagado a notícia, foram vários os populares que se deslocaram ao local em manifestação da sua fé, iniciando-se deste modo o culto a Nossa Senhora da Ajuda. Com as oferendas dos peregrinos ergueu-se a Ermida de Nossa Senhora da Ajuda.

Iniciou-se assim o povoamento da freguesia, surgindo um povoado com um crescimento constante. No século XVI, D^a Catarina, mulher de D. João III, devota de Nossa Senhora da Ajuda, levou a corte para esta região, tendo começado a surgir casas de campo nobres.

Em meados do século XVIII, a cidade de Lisboa fora assolada por mais um terramoto, todavia este mostrara-se muito mais devastador do que os anteriores, levando à ruína de grande parte



dos edifícios da cidade e ao pânico na população, incluindo na família real. Esta abandona a residência real (Palácio da Ribeira, localizado no Terreiro do Paço), que ficara completamente destruída, deslocando-se para a periferia, nomeadamente para a Quinta de Cima, na freguesia Ajuda, onde se construiu um palácio de madeira (a “Real Barraca” ou “Paço de Madeira”), pois o monarca recusara-se a viver em edifícios de alvenaria (RIBEIRO, 1940, p.16). Com a corte deslocou-se uma grande percentagem dos habitantes das zonas ribeirinhas da cidade, tendo aumentado a população desta freguesia em 400%. A freguesia começa assim a ser um amontoado de estruturas populacionais, nomeadamente quintas, casas, fornos de cal, entre outras.

Nesta época, a Ajuda é constituída por 5 vias principais, nomeadamente, a Calçada da Ajuda, Travessa da Estopa, Calçada de Nossa Senhora da Ajuda, Rua das Mercês e Rua da Paz, e por caminhos secundários, como o caso da Calçada do Galvão (Estrada do Penedo).

Aquando da edificação do Palácio da Ajuda, pôs-se a descoberto uma abundante mina de água, a qual começa a ser usada (e canalizada) para abastecer a freguesia. Estas quintas, que começam assim a proliferar, necessitam de estruturas que alimentem um fluxo constante e diário de água, recurso este abundante na região, quer por minas, quer por ribeiras que começam a ser canalizadas. É de salientar a importância dos cursos de água, os quais “definem o desenho das suas ruas às quais vêm a ceder o lugar” (PEREIRA, s.d, p. 1).

Da mesma forma que as quintas necessitam deste bem, a população em geral também necessita, começando a surgir chafarizes e bebedouros, tornando-se elementos marcantes na área da sua edificação. Nas imediações do espaço objecto de estudo, encontram-se alguns chafarizes, como o Chafariz da Memória (ou Chafariz Alcolena, ou ainda, Chafariz da Boa Memória), o Chafariz do Largo da Paz e o Chafariz do Cruzeiro da Ajuda.

O Chafariz do Largo da Paz apresenta uma arquitectura oitocentista, isto é, com tanque circular pouco profundo, com pedestal (um plinto), uma bica em cada face deste, e um dado de onde se ergue o obelisco piramidal (base galbada de onde emerge uma alcachofra). Duas das bicas eram para abastecimento do público, enquanto as outras duas eram para abastecimento dos aguadeiros.

Mandado edificar pela Câmara Municipal de Belém, nos meados do século XIX (mais concretamente em 1859) como forma de colmatar o deficitário abastecimento aquífero à freguesia da Ajuda, era abastecido pela mina existente no Palácio da Ajuda. Todavia, verificou-



se em 1942 que a mina tinha problemas de poluição das suas águas, tendo sido cortado o abastecimento directo desta à estrutura aquífera (foi substituída pelo abastecimento de água da rede pública).

Nas imediações encontra-se igualmente o Chafariz da Memória, o qual data de meados do século XIX (13 de Junho de 1850), apresentando uma base quadrangular e obelisco central, tendo como arquitecto Possidónio da Silva.

No que diz respeito ao património arqueológico, há a mencionar alguns sítios arqueológicos localizados nas proximidades da área em estudo:

- o Povoado Pré-Histórico da Travessa das Dores (CNS 33797), um dos mais relevantes sítios pré-históricos da região;
- a estação de ar livre da Quinta do Torres (CNS 6302), onde foram identificados materiais enquadráveis no Paleolítico;
- a jazida do sítio da Mina (CNS 18785), onde foram recolhidos materiais do Paleolítico e Neolítico;
- a jazida designada Tapada da Ajuda 1 (CNS 18790), onde se identificaram materiais de cronologia do Paleolítico, Neolítico e Calcolítico;
- ou a jazida do Moinho do Alferes (CNS 18786), que forneceu material do Paleolítico e Neolítico.

Bibliografia

<http://geo.patrimoniocultural.pt/>

<http://lxi.cm-lisboa.pt/>

ABECASIS, Maria Isabel Braga – A Real Barraca. A residência na Ajuda dos Reis de Portugal após o Terramoto (1756-1794). Lisboa: Tribuna da História, 2009.

ANDRADE, José Sergio Velloso d' (1851), "Memória sobre Chafarizes, Bicas, Fontes e Poços Públicos de Lisboa, Belém e muitos outros logares do termo", Imprensa Silviana, Lisboa.

ARAÚJO, Norberto de (1939), Peregrinações em Lisboa. Livro XIII, (2ª edição, 1993), Lisboa.

BURNAY, Maria João Botelho Moniz e PORTUGAL, Ana Mafalda de Castro (2010), A família real na Ajuda no século XIX e o gosto pela natureza, Palácio Nacional da Ajuda – Artigos em Linha, nº 3, Dezembro de 2010.

CARITA, Helder (1999), Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época Moderna (1495-1521), Livros Horizonte, Lisboa.



CASTILHO, Júlio (1937), Lisboa Antiga, 2ª Edição, S. Industriais da C.M.L, Lisboa, p.66-76.

COELHO, António Borges (2006), Ruas e Gentes na Lisboa Quinhentista, Caminho, Lisboa.

FRANÇA, José Augusto (2005), Lisboa: Urbanismo e Arquitectura, Livros Horizonte, Lisboa.